

Controladoria Geral do Estado

PROCESSO Nº : 2016/19010/000003
UNIDADE GESTORA : 190100 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 051/2016
 SGD Nº 2016/09049/000817

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 268 e 269**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **98,99%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **0,21%**, j conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	847.757,00	60.633,51	7,15
Receita de Capital	34.452.243,00	14.400,00	0,04
TOTAL	35.300.000,00	75.033,51	0,21

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	9.281,64	-
0104	4.500.000,00	51.351,87	1,14
0225	0,00	14.400,00	-
4220	30.800.000,00	0,00	0,00
TOTAL	35.300.000,00	75.033,51	0,21

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um baixo nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **16,85%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	10.877.320,00	7.338.335,16	67,46
Despesa de Capital	33.006.986,00	56.985,28	0,17
TOTAL	43.884.306,00	7.395.320,44	16,85

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	6.534.306,00	5.735.507,30	87,78
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	2.050.000,00	1.650.000,00	80,49
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	4.500.000,00	9.813,14	0,22
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	30.800.000,00	0,00	0,00
TOTAL	43.884.306,00	7.395.320,44	16,85

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem uma redução de **5,23%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 75.033,51**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 6.865.405,45**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 578.576,38** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 1.084.492,53**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 7.395.320,44**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 43.871,48**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 216.176,41**, restando saldo de **R\$ 948.139,54**, para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 272 a 275.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. 281 e 282, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:



3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **8,24%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 1.041.941,76**, composto pelo Investimentos e Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 562.604,25**, deste montante, **R\$ 69.304,25** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 493.300,00** restos a pagar não processados.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 197.000,00**, pago **R\$ 197.000,00**, restando ainda um saldo de **R\$ 488.550,1313**, justificado às fls. 270 e 425.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 639,24**, restando um saldo de **R\$ 729.741,99**, justificado às fls. 271 e 425.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **déficit financeiro de R\$ 1.029.835,70**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 948.139,5454**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 1.977.975,24**, conforme fl. 283 e 284.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 991.941,76**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.7.1 O Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial não registra saldo de bens móveis em processo de localização, no entanto, verifica-se saldo de bens móveis de terceiros em processo de localização no valor de **R\$ 1.013,00**, não havendo nenhuma baixa no exercício em análise, conforme justificativa à fl. 424.

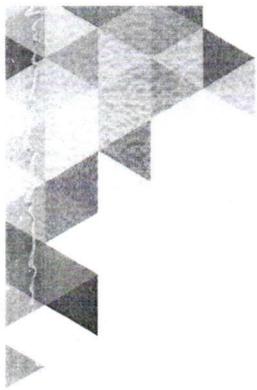
3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 66.825,02**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, à fl. 457.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 933.739,54**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 339.850,26:**

1 - **R\$ 32.307,14** na Conta Única do Tesouro Estadual;





2 - **R\$ 307.543,12** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 593.889,28**.

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 4.420.146,81**, correspondentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 6.926.707,78** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 7.308.671,52**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 381.963,74**, conforme demonstrado às fls. **277 a 279**.

3.12 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ -136.352,99**, à fl. **287**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação de **3** (três) processos de adesão à ata de registro de preços, **8** (oito) processos de transferência voluntária de recursos, pactuado através de convênio, **3** (três) processos de contratação de obras e pavimentação asfáltica, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.1.1 Ainda, foram analisados **7** (sete) procedimento de Tomada de Contas Especial, instaurados pela **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo**, das quais **3** (três) procedimento foram devidamente certificado pela Controladoria Geral do Estado e **4** (quatro) procedimentos foram devolvidos ao Órgão de origem para sanar inconsistências detectadas.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **18** (dezoito) atendimentos presenciais e **6** (seis) via telefone, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, suprimento de fundos, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.



5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo** no exercício em análise, conforme informado à fl. 670.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 26 a 149, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 2.538/2011 (PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA)

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. 31 a 39, definidos nos Programas Temáticos: 1008 - **Indústria, Comércio e Mineração**, 1009 - **Turismo**, 1016 - **Transporte e Logística**, 1034 - **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1063 - **Gestão e Manutenção** da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cuja média do desempenho, no exercício em análise, evidencia um alto grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas e um bom grau de desempenho das metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 48 a 97.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 4 (quatro) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para o órgão, conforme relatórios às fls. 40 a 47.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a Secretaria conseguiu entregar 8 (oito) serviços à sociedade, de um total de 17 (dezessete), demonstrando um baixo grau de eficiência alcançado pelo órgão, conforme relatórios às fls. 98 a 115.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 12 (doze) ações orçamentárias, sendo 9 (nove) de natureza atividade e 3 (três) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da não realização física de 2 (duas) e financeira de 3 (três) delas, respectivamente, conforme relatórios às fls. 116 a 137.



6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **5** (cinco) ações todas de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **87,44%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme relatórios às **fls. 138 a 146**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 667 a 669**, um quantitativo de **102** servidores ativos, sendo que **09** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **07** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Eudoro Guilherme Zacarias Pedroza, Sérgio Rodrigo do Vale** e outros relacionados neste processo à **fl. 06**.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 23 dias do mês de março de 2016.


José Roberto A. Guimarães
Analista/Economista


Cristiane Dalastra
Analista/Contador


Kilmânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;
 - II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
- Em 23/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

